TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

Termo de posse de Fernando de Castro Ribeiro, no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Aos dezessete (17) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte (2020), às dez (10) horas, na Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, tendo em vista o Decreto de nomeação assinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado HELDER ZAHLUTH BARBALHO, datado de 13-04-2020, e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 14-04-2020, o Excelentíssimo Senhor Fernando de Castro Ribeiro tomou posse e entrou no exercício do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará, perante o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente Odilon Inácio Teixeira, em Sessão Solene realizada na forma do art. 23 do Regimento Interno. Sua Excelência proferiu, na ocasião, o seguinte compromisso: Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República e do Estado. Em atendimento às disposições legais e regimentais, apresentou declaração de rendimentos, bens e de não acumulação de cargos, laudo médico de aprovação em inspeção de saúde e prova de regularidade de sua situação militar e eleitoral. É, para constar, eu, José Tuffi Salim Junior, Secretário-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Pará, lavrei o presente Termo que vai assinado pelo Conselheiro Presidente e pelo empossado.

Odilon Inácio Teixeira
Presidente

Fernando de Castro Ribeiro
Empossado

Protocolo: 542309

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº do Termo Aditivo: 2º TA Nº do Contrato: 07/2018-MPC/PA

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Agente de Integração de estágio.

Valor do Contrato: Valor unitário da taxa de administração, por bolsa estágio, corresponde a R\$ 19,66 (dezenove reais e sessenta e seis centavos) /bolsa.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 02/2018-MPC/PA.

Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e Usina de Talentos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda, (CNPJ/MF nº 01.711.278/0001-30).

Objeto, Justificativa a prorrogação de sua vigência, nos termos do artigo 65, I, b, § 1º da lei nº 8.666/93.

Vigência: 25/04/2020 à 24/04/2021

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 01.032.1493.8515.0000, Natureza da Despesa: 33.90.39.00, Recurso Estadual: 0101.000000

Ordenador Responsável: GUILHERME DA COSTA SPERRY, Procurador-Geral de Contas do Estado.

Protocolo: 542409

OUTRAS MATÉRIAS

Extrato de Prorrogação

O Procurador de Contas do Estado Felipe Rosa Cruz torna público o despacho que prorrogou a vigência do Procedimento Apuratório Preliminar nº 2019/0112-2.

Objeto: Apuração da contratação de servidores temporários e comissionados pelos órgãos, autarquias e fundações públicas de direito público vinculados ao Poder Executivo Estadual, para a prestação de serviços próprios da advocacia pública.

Interessados: Secretaria de Estado de Administração – SEAD e Superintendência do Sistema Prisional - SUSIPE.

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundamento na análise dos elementos que compõe os autos do presente Procedimento Apuratório, bem como a imprescindibilidade da realização de novas diligências;

CONSIDERANDO o permissivo normativo constante no artigo 13, da Resolução nº 07/2017-MPC/PA-Colégio.

RESOLVE:

Prorrogar por mais 1 (um) ano a vigência do Procedimento Apuratório Preliminar nº 2019/0112-2.

Dê-se ciência ao Procurador-Geral de Contas, ao Corregedor-Geral de Contas e aos interessados.

Belém, 17 de abril de 2020.

Felipe Rosa Cruz
Procurador de Contas
Titular da 2º Procuradoria de Contas

Protocolo: 542414

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 015/2020-MP/PA, empreitada por preço global por grupo, no tipo menor preço, que tem como objeto a Aquisição de longarinas de cadeiras, com o objetivo de atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), teve como resultado:

Grupo 01 - FRACASSADO

Belém (PA), 20 de Abril de 2020

Andréa Mara Ciccio
Pregoeira

Protocolo: 542301

OUTRAS MATÉRIAS

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2020

Ref. a Notícia de Fato (SIMP nº 000097-104/2020);

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da 1ª Promotora de Justiça Militar, Dra. CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS, em exercício e no desempenho de suas atribuições legais, com fundamento na resolução nº 164/2017 do CNMP, bem como em razão das informações que originaram a notícia de fato em epígrafe, e:

CONSIDERANDO o envio de peças de informação a esta Promotoria de Justiça Militar, por meio de denúncia anônima, a qual solicita informações e providências acerca da realização de Ordens de Serviço (OS), provenientes do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Pará, ordenando que Pelotões militares adentrem em complexos penitenciários com o fito de se realizar revistas e investigações, visando o combate ao crime organizado incidente a partir de tais casas penais;

CONSIDERANDO, a Portaria nº188/GM/MS, publicada em 04 de fevereiro de 2020, que "Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)", em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o crescente quadro de indivíduos notificados como portadores do novo coronavírus em nível nacional e mundial;

CONSIDERANDO a decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) em declarar cenário de pandemia em relação ao novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que espaços de confinamento, a exemplo das unidades prisionais, potencializam os riscos epidemiológicos de transmissão do novo COVID-19;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020, que implementa medidas de enfrentamento a pandemia do novo COVID-19, no âmbito do Estado do Pará, além de outras providências que visam resguardar a coletividade;

CONSIDERANDO, a determinação da Secretária de Estado de Administração Penitenciária, protocolada por meio da Portaria nº309/2020 – GAB/SEAF/PA, publicada em 23 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão de visita às Pessoas Privadas de Liberdade – PPLS custodiadas nas unidades prisionais do Estado do Pará, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o trabalho militar, sobretudo no que concerne aos exercidos por Policiais Militares e Bombeiros Militares serem de suma importância para a coletividade e possuírem status de essenciais, não podendo haver interrupções em suas funções.

RESOLVE:

RECOMENDAR

Ao Excelentíssimo COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, o seguinte:

a) Que envie esforços para, em caso de real existência ou mesmo até eventuais expedições futuras de Ordem de Serviços (OS) que determinem o envio de Pelotões militares a complexos penitenciários com o fito da realização de trabalhos investigativos, quais sejam, especificamente, aqueles em que há aglomerações e contato direto dos militares com os agentes públicos e apenados, proporcionar o maior grau possível de segurança referente à saúde dos integrantes dos Pelotões destacados, sendo primordial e obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o cumprimento das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), tudo com o objetivo de resguardar a incolumidade dos referidos profissionais da segurança pública.

Por fim, solicito, com fulcro no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93, e no art. 55, parágrafo único, IV, da Lei Complementar Estadual n. 057/2006, a resposta por escrito a esta Recomendação, indicando e comprovando alguma eventual medida adotada em prol do seu cumprimento, sendo, para tanto, concedido o prazo de 10 (DEZ) dias corridos. Belém, 20 de março de 2020.

CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS

1ª Promotora de Justiça Militar, em exercício, em trabalho remoto, nos termos dos art.1º, §1º do Ato Conjunto nº 001/2020 – MP/PGJ/CGMP

Protocolo: 542404